

O Apostolado Positivista e a primeira constituição da república no Brasil.

RAFAEL REIS PEREIRA BANDEIRA DE MELLO*¹

Os Positivistas Ortodoxos, nome dado aos membros do Apostolado Positivista do Brasil militaram em prol da implantação de uma ditadura com aspectos bem peculiares. Após a proclamação da república em 1889 algumas reivindicações do Apostolado foram atendidas por decretos do Governo Provisório que foi instaurado para dar o rumo da política no país. A “Ditadura Republicana” defendida pelo Apostolado se pautava nos ideais do francês Augusto Comte que foi mentor da doutrina positivista aqui estudada e surgida no século XIX.

Para compreender melhor em quais fundamentos se pautou o Apostolado é sensato recorrer a uma distinção clássica encontrada em bibliografias sobre o tema, essa distinção divide os adeptos do positivismo em dois grupos, ortodoxos e heterodoxos. Após a morte de Comte, duas dissidências norteavam o rumo do pensamento positivista na França e isso refletia também nas acepções da doutrina no mundo. Dois discípulos de Comte, Pierre Laffite (pró, ortodoxo) e Émile Littré (pró, heterodoxo) lideravam os respectivos grupos. Essa distinção foi fruto das duas fases marcantes do pensamento de Comte. Em um primeiro momento o pensamento de Augusto Comte apesar de não ser simplesmente provido de fontes científicas², representava mais uma filosofia do que uma religião, e uma das perspectivas prioritárias era a observação dos fatos.

Após o encontro com sua musa inspiradora Clotilde de Vaux, em 1845, Augusto Comte passou a priorizar o lado afetivo ao invés do racional e reorientou seu pensamento. Comte apaixonou-se por Clotilde por ela não deixar que a relação com o filósofo passasse de uma forte amizade mesmo com o desaparecimento de seu marido. O desaparecimento do então marido de Clotilde ocorreu após o descobrimento de que este desviou dinheiro público para o pagamento de dívidas. Acreditava-se na época que ele havia se suicidado.

*¹ UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestrando.

² Cf. José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*, 1990, p.129-132

Com a morte de Clotilde em 5 de abril de 1846, Comte “pretendeu transformá-la em nova Beatriz, a musa de Dante”³. Usando Clotilde como “modelo ideal”, o filósofo passou a considerar no seu pensamento a superioridade feminina, por ser moralmente mais digna que o homem. No entanto, essa valorização da figura da mulher foi aplicada reafirmando seu papel de provedora do lar, concatenando com os princípios religiosos da época. A mãe por ser moralmente superior deveria cuidar do crescimento dos seus filhos no lar para a melhor evolução moral da sociedade.

Littré por discordar do acréscimo de princípios religiosos de Comte passou a se afastar do mesmo e se tornar o líder de um grupo dissidente. A distinção clássica sobre os positivistas surge dessa polêmica, os seguidores de Littré passaram a ser chamados de positivistas heterodoxos. Os que concordavam com as transformações que incluía a criação da nova religião passaram a ser chamados de positivistas ortodoxos, o discípulo de Comte que liderava este grupo era Pierre Laffite.

No Brasil o positivismo cresceu de forma bastante heterogênea, a disseminação das idéias não pode ser identificada como uma simples importação de modelos. No entanto, dentro da historiografia é comum encontrar obras que buscam identificar seus adeptos utilizando a distinção clássica entre positivistas ortodoxos e heterodoxos. Os heterodoxos não podem ser considerados pertencentes a um grupo unificado o que tornaria essa denominação simplista. Fora do Apostolado existiram grupos distintos de republicanos influenciados pelo positivismo. Podemos destacar, por exemplo, a juventude militar da capital federal influenciada pelas aulas do ilustre positivista Benjamin Constant, além do grupo da Escola Positivista do Recife e dos positivistas federalistas do Rio Grande do Sul, a maneira como esses grupos se apropriavam do positivismo e o aplicavam eram peculiar a realidade regional e a própria formação individual dos integrantes.

Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes que eram os líderes da Igreja Positivista do Brasil a fundaram no ano de 1881. Eles haviam pertencido à primeira Sociedade Positivista do Brasil criada em 1876 na qual figurou Benjamin Constant dentre outros positivistas da época. Porém após a viagem de Miguel Lemos à França e a

³ José Murilo de Carvalho. *A formação das almas*. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 1990, p. 8

influência exercida deste sobre Raimundo Teixeira Mendes, ambos tornaram-se positivistas ortodoxos, e na volta ao Brasil vieram a fundar a primeira Sociedade Positivista do Rio de Janeiro que se tornou a Igreja Positivista do Brasil, da qual Benjamin Constant não foi membro por não concordar com o pagamento de subsídios aos líderes da Igreja.

O Apostolado caracterizou-se sob a liderança de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes por opinar publicamente de diferentes formas sobre diversos temas recorrentes do país. Publicavam folhetos, enviavam ofícios para autoridades políticas e para membros da imprensa muitas vezes combatendo críticas de diferentes jornais da época.

Apesar da forte militância ambos passaram a rejeitar a possibilidade assumir cargos políticos. Augusto Comte considerava necessário que os positivistas não ocupassem cargos políticos e públicos no momento de transição para a fase positiva, Miguel Lemos seguindo essa crença pediu exoneração do cargo de secretário da Biblioteca Nacional após a proclamação da república. Em um ofício⁴ enviado ao Ministro do Interior Aristides Lobo, Miguel Lemos salientava que a transformação política inaugurada em 15 de novembro de 1889 determinava para o positivismo uma fase de atividade e de influência que incompatibilizava ao chefe de seu Apostolado exercer um cargo público em paralelo, a atitude dava a entender que a proclamação significava para Miguel Lemos um indício de que a transição para a fase positiva estava em curso.

De fato, o Governo Provisório teve início com aprovações de decretos que faziam parte do projeto político do Apostolado, inclusive, quando se substituiu as saudações oficiais do Império para a República. Graças a uma solicitação verbal de Raimundo Teixeira Mendes ao Ministro de Agricultura, Demétrio Ribeiro, a saudação “saúde e fraternidade” utilizada pelo Apostolado passou a ser forma oficial de cumprimento nos ofícios sendo aceita pelo governo.

⁴ Ofício enviado por Miguel Lemos ao Ministro do Interior no dia 22 janeiro de 1890.

Dentro da composição heterogênea do governo encontravam-se alguns membros influenciados pelo positivismo. É cabível lembrar que o chamado Governo Provisório foi implantado através de um golpe militar, sendo o Marechal Deodoro da Fonseca “eleito” somente em, 1891. Esse período de transição era adequado para os ortodoxos militares em prol da ausência de constituinte que poderia encaminhar para o regime democrático. Se os militares não representavam um grupo homogêneo, os civis também não. As divergências ocorridas nas reuniões do Conselho de Ministros e da Constituinte apontavam o reflexo dessa heterogeneidade.

O Conselho de Ministros caracterizava-se como um espaço em que seus membros apresentavam suas propostas sobre diferentes questões relacionadas ao país, as que fossem aprovadas pelos outros integrantes do conselho se tornavam decretos do governo, assim seria feito até o término da elaboração da primeira constituição republicana quando seriam realizadas as eleições.

“Com exceção de Rui Barbosa, que possuía “conhecimento teórico” sobre a “república federal presidencialista” dos EUA, e de Quintino Bocaiuva, familiarizado com as vicissitudes da política argentina, os demais “ignoravam todos eles a prática do regime na América do Norte e na América Latina”.⁵

Fizeram parte do Conselho dois positivistas não ortodoxos: Benjamin Constant e Demétrio Ribeiro. Proclamada a república o Apostolado por intermédio de uma publicação de Miguel Lemos intitulada “*Ao povo e ao governo da república*” em 21 de novembro de 1889 indicava medidas urgentes que deveriam ser implantadas nessa fase de transição. No folheto o líder ortodoxo formulou uma série de normas a serem seguidas dentro dos ensinamentos de Comte, compatíveis para o autor com o momento em que a pátria brasileira vivia.

Os positivistas ortodoxos consideravam necessário seguir os itens que caracterizavam uma proposta de “modernização conservadora”, inspirada politicamente no *Appel aux conservateurs*, obra publicada por Comte em 1855. “o conceito de conservador provinha de sua visão particular da Revolução, que procurava fugir, de um lado, ao jacobinismo robespierrista, rousseauniano, chamado de metafísico, e, de outro, ao reacionarismo do restauracionismo clerical. Era conservador, na visão de Comte,

⁵ Renato Lessa, *A Invenção Republicana*, 1988, p. 51

aquele que conseguia conciliar o progresso trazido pela revolução com a ordem necessária para apressar a transição para a sociedade normal, ou seja, para a sociedade positivista baseada na Religião da Humanidade”⁶.

A Ditadura Republicana pautava-se em politicamente restaurar e conservar conjugadamente. O parlamentarismo não era visto com bons olhos pelo grupo ortodoxo, a multiplicidade de opiniões no rumo da política representava a possibilidade de conflitos que poderiam suscitar em desordem e anarquia, algo rejeitado pelo grupo. A defesa do parlamentarismo por Benjamin Constant que concatenava nesse aspecto com Littré acabou sendo um ponto de divergência entre o positivista mais influente no Governo Provisório (Constant) e o Apostolado Positivista do Brasil e nem todas as reivindicações dos ortodoxos foram aceitas⁷ por Constant.

Na publicação de Miguel Lemos, intitulada *Constituição sem Constituinte*, o autor criticava um artigo publicado no *Jornal do Commercio* que defendia uma constituinte com ampla participação popular, expressando, assim, claramente a posição do Apostolado sobre o tema. Miguel Lemos achava decisivo conduzir as massas populares através da imposição de uma ditadura, para isso seu projeto de constituição deveria ser observado pelo governo provisório e servir de modelo se possível minimamente alterado para a elaboração da constituição republicana.

Outro aspecto importante contido na série de mudanças urgentes solicitadas ao Governo Provisório pelo Apostolado foi que a transição para o regime republicano deveria respeitar a liberdade espiritual. O termo “liberdade espiritual” presente em diversas reivindicações publicadas pelos positivistas ortodoxos era assim tão relevante também porque trazia embutida a liberdade de cultos que era uma importante ferramenta para a preservação da prática de cultos cívicos. Essa foi uma arma fundamental para atrelarem o advento republicano a sua própria doutrina. A própria religião da humanidade era também uma religião da História e um culto aos mortos. As

⁶ CARVALHO, J. M. *A formação das almas* 1990, p. 21.

⁷ Quando proclamada a República, Benjamin Constant recebeu pressão do Apostolado para que, usando de seu prestígio, contribuísse para a implantação de um regime ditatorial pautado nas reivindicações dos positivistas ortodoxos explicitados no folheto “*Ao povo e ao governo da república*” em 21 de novembro de 1889. O fato de ser favorável ao parlamentarismo foi decisivo para que rejeitasse a proposta.

grandes personalidades eram reverenciadas ao ponto de a Igreja Positivista do Brasil possuir bustos que simbolizavam os 13 meses calendário positivista elaborado por Comte em 1849, eram eles: Moisés, Homero, Aristóteles Arquimedes, César, São Paulo, Carlos Magno, Dante, Gutenberg, Shakespeare, Descartes, Frederico II e Bichat.

Benjamin Constant por intermédio do decreto n.º 6 propôs a adoção da bandeira Republicana, idealizada por Raimundo Teixeira Mendes em colaboração com Miguel Lemos e desenhada por Décio Villares. A medida foi aprovada logo no princípio da República, no dia 19 de novembro, e acabou sendo a proposta de Benjamin Constant que mais favoreceu o interesse do grupo ortodoxo, pois ao longo da atuação do Conselho de Ministros o posicionamento de Constant foi muito mais próximo ao de um estadista liberal-democrata do que de defensor de uma ditadura.

Entretanto, embora Constant tenha se posicionado, como vimos favoravelmente ao parlamentarismo⁸, na sessão do Conselho de Ministros do dia 15 de fevereiro afirmou em seu pronunciamento “que aceita de bom grado qualquer alvitre, porque está pronto a sacrificar tudo em bem do país. Precisamos de uma ditadura progressista com o respeito devido às liberdades públicas”.⁹

Constant dizia também desejar que o governo assentasse suas ações em um plano e que a sua conduta fosse pautada por uma única norma. Confiava absolutamente que isso sucederia e, certo da responsabilidade de que a cada um cabia, esperava que se fizesse a glória deste país. Observamos, pois, que, neste discurso, Constant mostrou-se mais alinhado com os positivistas ortodoxos, reafirmando assim seu papel de mediador, buscando conciliar as diversas posições políticas e ideológicas que marcaram o movimento republicano brasileiro.

Os integrantes do Conselho de Ministros foram: Aristides Lobo, Ministro do Interior; Campos Sales, Ministro da Justiça; Rui Barbosa, Ministro da Fazenda; Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores; Demétrio Ribeiro, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Benjamin Constant, Ministro da Guerra; e Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha. A primeira reunião do Governo Provisório

⁸Cf. José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*, 1990, p. 20.

⁹Dunshee Abranches, *Actos e Actas do governo provisório*, 1907, p. 121.

foi no dia 9 de dezembro de 1889, onde Demétrio Ribeiro apresentou uma proposta de separação da Igreja e do Estado. “No entanto, seu decreto original não foi o que acabou sancionado na constituição republicana”¹⁰, naquele dia a proposta ficou de ser analisada e reelaborada se necessário.

Dois aspectos eram marcantes entre a geração de republicanos militares e civis que lideravam o Governo Provisório. O primeiro era a inexperiência em ocupar cargos de primeiro escalão no poder executivo e o segundo era a multiplicidade ideológica do republicanismo no Brasil que dificultava a busca de uma unidade na política. Apesar de se considerar na implantação da política federalista um ponto de coesão entre os republicanos para a nova estrutura, “é fartamente sabido que a idéia federalista exercia forte atração sobre segmentos da própria política no segundo reinado. Joaquim Nabuco, em 1885, chega a apresentar à câmara projeto de transformação da monarquia unitária em federativa, na qual os governos provinciais seriam completamente independentes do poder central”¹¹. Logo a consolidação da política federalista era muito mais uma demanda mais ampla da sociedade, do que uma medida estritamente defendida pelo movimento republicano.

O Apostolado também defendia a política federalista, no dia 26 de dezembro de 1889¹², Raimundo Teixeira Mendes se pronunciou contra a ação de ingerência do Governo Central que pronunciara que iria intervir no ato político do Governador do Estado Maranhão que decretou a separação da Igreja do Estado. É plausível ressaltar que a separação estava próxima de acontecer, já que a medida de Demétrio Ribeiro estava sendo analisada e que Teixeira Mendes tinha ligação com o estado do Maranhão, local de onde era oriundo.

Durante o Conselho de Ministros ocorreu uma sucessão de demissões e de debates calorosos que expressavam contradições entre seus membros. Dois aspectos eram marcantes entre os republicanos militares e civis que lideravam o Governo Provisório. O primeiro era a inexperiência em ocupar cargos de primeiro escalão no poder executivo e o segundo era a multiplicidade ideológica do republicanismo no

¹⁰ Cf. Ivan Lins, *História do Positivismo no Brasil*, 1964, p. 360-365.

¹¹ Renato Lessa. *A invenção republicana*. p. 38-39.

¹² Cf. Antonio Paim. *O Apostolado Positivista e a República*. p. 52-53.

Brasil que dificultava a busca de uma unidade na política. Apesar de se considerar a proposta federalista como um ponto de coesão entre os republicanos:

“é fartamente sabido que a idéia federalista exercia forte atração sobre segmentos da própria política no segundo reinado. Joaquim Nabuco, em 1885, chega a apresentar à câmara projeto de transformação da monarquia unitária em federativa, na qual os governos provinciais seriam “completamente independentes do poder central”.¹³

Logo a consolidação da política federalista era outra demanda mais ampla da sociedade, do que uma medida estritamente defendida pelo movimento republicano. O Apostolado também defendia a política federalista, Segundo Paim, pouco depois de proclamada a República¹⁴ Raimundo Teixeira Mendes se pronunciou contra a intervenção do Governo Central no ato político do Governador do Estado Maranhão que decretou a separação da Igreja do Estado. É plausível ressaltar que a separação estava próxima de acontecer, já que a medida de Demétrio Ribeiro estava sendo analisada e que Teixeira Mendes tinha ligação com o estado do Maranhão, de onde era oriundo. No entanto, fica uma pergunta a ser respondida como os positivistas ortodoxos que defendiam um regime ditatorial por intermédio na manutenção da ordem apoiavam a autonomia dos estados?

A política federalista era para os ortodoxos uma forma de por intermédio da penetração do positivismo no Brasil buscar núcleos de influência. Um exemplo claro disto foi à penetração que vieram a ter no Rio Grande do Sul por intermédio da relação com o “castilhismo” como veremos mais a frente. No entanto, vislumbrar a questão do apoio a separação do Estado e Igreja no Maranhão como um exemplo do respeito à autonomia dos estados pelo grupo ortodoxo é algo muito parcial, pois, a separação era uma demanda presente no projeto político do grupo.

Os ortodoxos por intermédio de Demétrio Ribeiro tiveram seus ideais defendidos em outras duas importantes questões: a financeira e a da separação entre Igreja e Estado, nos dois casos por motivos diferentes houve um confronto entre Demétrio e Rui Barbosa.

¹³ Renato Lessa. *A invenção republicana*. p. 38-39.

¹⁴ Cf. Antonio Paim. *O Apostolado Positivista e a República*. p. 52-53.

No âmbito das finanças os positivistas ortodoxos defendiam à liberdade bancária. Se o novo regime deveria conciliar a Ditadura Republicana com a mais ampla liberdade para a manutenção da ordem e do progresso, a questão financeira era um ponto chave.

O episódio da demissão de Demétrio Ribeiro foi conseqüência da proposta de Rui Barbosa e com o fim da legalidade do regime escravista. Segundo Paim, o Apostolado considerava funestos os efeitos da medida emissora:

“entregues a especuladores sem fê nem lei, que as aplicando principalmente a fomentar o jogo da bolsa, criaram a mais aflitiva e imoral das nossas situações financeiras, concorrendo assim com grande quinhão para alterar gravemente, mediante uma carestia geral de todos os gêneros, as condições econômicas da vida de nossa população”.¹⁵

Segundo Abranches, na reunião do dia 21 de janeiro do Conselho de Ministros, Demétrio Ribeiro “pede licença ao conselho para fazer um reparo ao decreto que provê a organização dos *bancos de emissão*. Pugna pela liberdade bancária. Assevera que a opinião publica se tem manifestado contraria a lei ultimamente promulgada”.¹⁶

O outro grande embate entre Rui Barbosa e Demétrio Ribeiro no Conselho de Ministros foi referente à lei de separação entre Igreja e Estado. As publicações do Apostolado foram unânimes em afirmar a necessidade de congregar o projeto de Ditadura Republicana com a mais ampla liberdade espiritual. Na Sessão de sete de janeiro de 1890 do Conselho de Ministros Ruy Barbosa, ministro da Fazenda, apresentou à discussão um projeto de separação da Igreja do Estado. Após a leitura, o Sr. Demétrio Ribeiro, ministro de Agricultura, leu também um projeto seu, que já fora apresentado sobre o mesmo objeto, travando-se debate sobre essa matéria.

Os positivistas ortodoxos eram favoráveis a uma ruptura menos radical com as instituições religiosas na separação entre a Igreja e o Estado, o que era contemplado na proposta de Demétrio, e não de Rui Barbosa. Suscitando o debate em torno da

¹⁵ Antonio, Paim. *O Apostolado Positivista do Brasil*, 1981, p. 57.

¹⁶ Dunshee, Abranches. *Actas e Actos do Governo Provisório*, 1907, p. 68.

legislação de *mão morta* que causou muito polêmica – o que impediu a implantação da medida sugerida por Rui Barbosa – o Ministro da Fazenda defendia a passagem dos bens da Igreja para o Estado.

A relação entre católicos e positivistas era bem complexa, já que seus respectivos seguidores tinham opiniões distintas sobre aspectos da política brasileira. Entretanto, na constituinte, para além das divergências, foram feitas alianças importantes entre os dois grupos. O depoimento do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta em 1958 demonstrava a aliança entre católicos e positivistas em algumas discussões da constituinte: “porque, então na primeira constituinte da República, os católicos estavam completamente desarmados e sem nenhuma organização para falar no parlamento. O que nos valeu, providencialmente, foi que os positivistas cerraram fileiras contra o divórcio”.¹⁷

A manutenção do casamento era admirada pelos positivistas já que a família, a pátria e a humanidade, nessa ordem, constituíam os três elementos pelos quais o cidadão deveria zelar seguindo a marcha evolutiva da sociedade. Assim foi possível uma aliança entre positivistas e católicos contra a proposta de implantação do divórcio apresentada e debatida na constituinte de 1891. Os ortodoxos sentiram-se também responsáveis por livrar a Igreja Católica dos ódios materialistas e metafísicos, trazendo a essa, segundo Paim, “independência e autonomia que não desfruta em nenhum outro país do mundo, sem excetuar a república anglo-americana”¹⁸.

O casamento civil e a secularização dos cemitérios foram outras duas matérias discutidas no Conselho de Ministros. Tais medidas eram defendidas pelos positivistas ortodoxos e previstas no projeto de Ditadura Republicana nos moldes propostos por Comte.

Sobre o casamento civil, Demétrio iniciou um debate no Conselho de Ministros pedindo mudanças no projeto enviado para ser sancionado. Demétrio achava insensato e rigoroso exigir-se dos nubentes a declaração dos motivos por que não são conhecidos os

¹⁷ Apud, Ivan Lins, *História do positivismo no Brasil*, 1964, p. 367

¹⁸ Antonio Paim. *O Apostolado Positivista e a República*, 1981, p. 56.

pais. Campo Salles por motivos de ordem jurídica combateu o argumento e o pedido de Demétrio não foi sancionado.

A secularização dos cemitérios foi debatida na sessão do Conselho de Ministros de 21 de janeiro de 1890. Em virtude da apresentação de um decreto formulado por Demétrio Ribeiro, Rui Barbosa pediu a palavra e impugnou o artigo segundo do decreto em consequência de parecer que alienava da municipalidade o direito de fiscalização. Além disso, considerava Barbosa que o arbítrio concedido a cada cidadão de possuir seu cemitério poderia suscitar em abusos e dificuldades à inspeção higiênica. Campos Salles fez as mesmas considerações, sustentando a sua opinião de pertencer ao poder secular, à municipalidade, a questão de enterramentos e em seguida pedindo um posicionamento mais radical do Estado em relação ao clericalismo.¹⁹

Em dezembro de 1890, o Apostolado publicou propostas de normas para o ensino das artes pregando a liberdade do artista e a inclusão de artistas dos segmentos sociais de baixo poder aquisitivo que, segundo sua avaliação foram extremamente discriminados ao longo da monarquia. Dentre as reivindicações encaminhadas ao ministro Aristides Lobo a legitimação da inclusão social no meio artístico é constantemente reafirmada. *O Projeto de reforma no ensino das artes plásticas, apresentada ao cidadão Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Interior* por Monteiro Cordeiro, Aurélio de Figueiredo e Décio Villares salientava que competia ao governo popularizar os rudimentos das artes, o que não implicaria em grandes ônus para o estado. É importante ressaltar que Décio Villares concebeu muitos dos famosos monumentos positivistas, “tendo desempenhado papel destacado no âmbito do movimento artístico positivista em meio às disputas em torno das representações simbólicas da República”.²⁰

A arte positivista manifestada nas obras produzidas por Décio Villares e Eduardo Sá, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, respectivamente, era caracterizada por um teor fortemente cívico. A arte era para o positivismo capaz de trazer um sentido de identidade imaginária capaz de legitimar o ideal republicano entre

¹⁹ Cf. Dunshee Abranches, *Actos e Actas do governo provisório*, 1907, p. 62-63.

²⁰ Cf. José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*, p. 84

a população. A intenção foi atrelar a doutrina de Comte por intermédio dos monumentos que exaltavam o civismo, com dizeres positivistas ao novo regime republicano.

“As comemorações públicas ou culturais, exaltando os grandes homens que contribuíram positivamente para a história da humanidade, a construção de prédios públicos, monumentos públicos, estátuas, bustos, bandeiras, mausoléus fúnebres faziam parte da estratégia de ação religiosa com fins políticos, fora dos templos”²¹

As chamadas festas cívicas eram a base para a educação visual republicana enobrecendo os grandes personagens da história. É importante mencionar que o calendário de feriados proposto pela Igreja Positivista do Brasil só sofreu uma ampla mudança no governo Vargas, antes disso foram incluídos apenas o primeiro de maio e o vinte cinco de dezembro. O calendário de feriados do Apostolado tinha a intenção de ligar à sociedade brasileira a ocidental, na comemoração de 03 de maio como descoberta do Brasil até o 15 de novembro nota-se nele um caráter evolucionista do caminho do Brasil até a República. O clero católico criticava alegando que com a separação da Igreja e Estado não se deveria utilizar um calendário positivista. Os católicos perceberam que o único feriado ligado ao cristianismo mantido foi o de 02 de novembro, porém não por ser costume religioso católico e sim por reverenciar os mortos que era “característico do positivismo”²²

A militância do Apostolado sobre papel da arte no Brasil no início da república contribuiu para a construção de monumentos positivistas existentes até hoje no Rio de Janeiro e no Rio grande do Sul. As obras de Décio Villares e do também positivista Eduardo Sá foram marcadas pela presença feminina muito forte, inspirada em Clotilde de Vaux a musa de Comte e não em mulheres de outros segmentos sociais como índias e mulatas²³. Vale lembrar, no entanto que Décio Villares recebeu de Benjamin Constant, quando este ainda ocupava o ministério da Instrução Pública, um importante auxílio no valor de oito contos de réis para pintar a Epopéia Africana no Brasil. Essa obra tem um

²¹ LEAL Elisabeth da Costa “*O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista*”. Artigo: Revista São Paulo, 2006.

²² Cf. LEAL Elisabeth da Costa “*O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista*”. Artigo: Revista São Paulo, 2006.

²³ IBID, p. 84

significado de rompimento com os artistas do status quo Imperial por exaltar o papel da raça negra no Brasil através de uma pintura.

Por fim cabe mencionar que o projeto dos positivistas ortodoxos defendia a extinção da Academia Imperial de Belas Artes – designada Nacional de Belas Artes a partir de 1890 – tendo em vista seu caráter elitista.

O Apostolado foi alvo também de muitas críticas formuladas por intelectuais pertencentes à geração de 1870. Silvio Romero rompeu com o positivismo e em sua obra *Doutrina contra doutrina*, publicada em 1894, acusava os ortodoxos de se apropriarem de conquistas, formalizadas na primeira constituição republicana, como a separação da Igreja e Estado que em sua opinião teria sido conseqüência do liberalismo universal. Silvio Romero desqualificava o grupo positivista do Apostolado como uma minoria de sistemáticos idólatras de uma doutrina contestável que representava um neojesuitismo. Mencionou também que a crítica nacional não deu muita significância pelo fato de a confecção da bandeira e o impagável, Saúde e Fraternidade serem frutos da ação do Apostolado. Ressalte-se, ainda que Romero destacou também que Benjamin Constant vetou um pedido do Apostolado após a proclamação de extinguir todos os cursos, academias e institutos de ensino custeados pelo Estado que para os ortodoxos era uma atitude urgentíssima para a transição para a fase positiva.

Tendo como referência a preocupação central no sentido de incluir o proletariado na sociedade moderna, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes elaboraram os fundamentos de ordem moral e material sobre os quais os ortodoxos deviam se pautar. As normas estabelecidas incluíam a recomendação de não ocupar cargos públicos na fase empírica de transição para o estado positivo; não exercer funções acadêmicas; não colaborar com o jornalismo, assinando o próprio nome e assumindo a responsabilidade por publicações que não poderiam ser pagas. Contudo, os folhetos produzidos pelo grupo, embora na maioria das vezes fossem distribuídos gratuitamente, em algumas oportunidades cobrava-se uma quantia para a manutenção da propaganda positivista. Mesmo assim seguindo seus dogmas a risca a negação de cargos políticos talvez tenha sido um ato falho que diminuía a força política do Apostolado na militância pró-ditadura.

O projeto de Mendes era bem significativo para uma sociedade que não havia completado nem dois anos de abolição. O projeto que defendia estabelecia renda fixa e gratificação variável; jornada de trabalho de no máximo sete horas diárias; descanso aos domingos e dias de festa nacional; licença em caso de moléstia; proibição de demissão após sete anos de serviço; aposentadoria aos 63 anos com o recebimento proporcional a renda fixa; e, direito a férias remuneradas.

A elaboração minuciosa do projeto intitulado “A incorporação do Proletariado na Sociedade Moderna” foi também estratégica. O artigo 78 da Constituição federal de 1891 determinava que a especificação das garantias e direitos expressos no texto constitucional não excluía outras garantias e direitos não enumerados. Aproveitando essa brecha, Teixeira Mendes propôs a inclusão das garantias reivindicadas²⁴. O posicionamento do Apostolado em relação ao operário pautava-se em habilitar as classes industriais, patrícios e proletários que deveriam cooperar sistematicamente na instalação do regime sociocrático. A solução dos problemas nas relações de trabalho estaria no pensamento científicista, e não nos equívocos dos patrões que procuravam soluções na metafísica economicista e nem dos operários através de suas fantasias subversivas.

O posicionamento do Apostolado em relação ao operário pautava-se em habilitar as classes industriais, patrícios e proletários que deveriam cooperar sistematicamente na instalação do regime sociocrático. A solução dos problemas nas relações de trabalho estaria no pensamento científicista, e não nos equívocos dos patrões que procuravam soluções na metafísica economicista e nem dos operários através de suas fantasias subversivas. No Rio de Janeiro, o principal representante da corrente positivista foi o torneiro mecânico e armeiro Francisco Juvêncio Saddock de Sá²⁵. O apoio à candidatura de operários aos cargos políticos em busca da conquista de uma cidadania social para os trabalhadores pautou a ação dos positivistas ortodoxos no âmbito do movimento operário.

²⁴ Perrone Moyses. *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2003.

²⁵ Cf. Claudio Batalha. *O movimento operário na primeira república*, p.26

O que se conclui é que os positivistas ortodoxos militaram em um contexto político extremamente conflituoso em que o Apostolado esteve como ator e mediador de diferentes embates. O que norteou a ação dos positivistas ortodoxos nos primeiros anos da república foi a defesa da implantação da “Ditadura Republicana”. O grupo após não conseguir que seu projeto político fosse aplicado, passou a defender o cumprimento de artigos da constituição de 1891 que por diferentes motivos tivessem aspectos que se assemelhavam com a política tida pelo Apostolado como adequada. A possibilidade de golpes de tomada de Estado baseado em outro viés ideológico dificultaria a ordem tão defendida pelos positivistas ortodoxos na formação do estado republicano brasileiro. Percebe-se que o lema da bandeira nacional persiste até os dias atuais, assim como a presença nas cidades do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul de monumentos, bustos, nomes de ruas reverenciando positivistas, alguns do Apostolado. Esses símbolos e a existência ainda hoje da própria Igreja Positivista do Brasil, é fruto em grande parte dessa militância ortodoxa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias:

CORDEIRO, J. M; FIGUEIREDO, A; VILLARES, D. *Projecto de reforma no ensino das artes plásticas*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890. Fonte primária.

LEMOS, M. *Ao povo a ao governo da República*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1889. Fonte primária.

_____. *Ofício de Miguel Lemos ao Ministro do Interior Aristides Lobo*. 22 de Janeiro de 1890.

_____. *Constituição sem constituinte*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1890. Fonte primária.

LEMOS, M; MENDES R. T *A propósito da liberdade dos cultos*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1888. Fonte primária.

_____. *O respeito às garantias políticas condensadas na Constituição de 24 de fev. de 1891*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1891. Fonte primária.

MENDES. T. R. *A incorporação do proletariado na sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Igreja positivista do Brasil

Livros e artigos:

ABRANCHES, D. *Actos e actas do Governo Provisório*, Senado Federal, 1907.

- ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002. 392 p
- BATALHA, C. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, 78p.
- CARVALHO, J. M. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166p.
- CASTRO, C. *Os militares e a República*.
- GIANNOTTI, J. A. *Os pensadores*. In: *Discurso sobre espírito positivo*. COMTE, A. São Paulo: Abril cultural, 1978, 318p.
- CRUZ, C. *O positivismo na república*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, 203p.
- FRAGALE, F. R. *A Aventura Política Positivista: um projeto republicano de tutela*. São Paulo: Editora LTr, 1998. 143 p.
- LEAL E. D. C. “*O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista*”. Artigo: Revista São Paulo, 2006.
- LESSA, R. *A invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1988.
- LINS, I. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1964.
- PAIM, A. *O Apostolado Positivista e a República*. Rio de Janeiro, 1981.
- ROMERO, S. *Doutrina contra doutrina*. Rio de Janeiro, 1894.